



OEA/Ser.G
CP/doc.3173/99
16 março 1999
Original: inglês

**RELATÓRIO DA MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL
DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
NAS ELEIÇÕES GERAIS DE GRENADA**

Esse documento será distribuído à missões permanentes e
apresentado ao Conselho Permanente da Organização.



Organización de los Estados Americanos
Organização dos Estados Americanos
Organisation des États Américains
Organization of American States

17th and Constitution Ave., N.W. • Washington, D.C. 20006

SG/UPD-219/99

.....de março de 1999

Senhor Embaixador:

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência o relatório da Missão de Observação Eleitoral da OEA em Grenada e de solicitar-lhe a fineza de proceder à sua distribuição aos membros do Conselho Permanente. O relatório reflete as atividades de observação desenvolvidas pela Missão quando das eleições gerais de Grenada, realizadas em 18 de janeiro de 1999.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta e distinta consideração.

César Gaviria
Secretário-Geral

A Sua Excelência o Senhor
Lionel Alexander Hurst
Embaixador, Representante Permanente
de Antígua e Barbuda
Presidente do Conselho Permanente da
Organização dos Estados Americanos
Washington, D.C.

**Missão de Observação Eleitoral
da Organização dos Estados Americanos
nas Eleições Gerais de Grenada
18 de janeiro de 1999**

**MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL
DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
NAS ELEIÇÕES GERAIS DE GRENADA
18 DE JANEIRO DE 1999**

RESUMO EXECUTIVO

Em 6 de janeiro de 1999, o Governo de Grenada fez um convite ao Secretário-Geral para observar o processo eleitoral que culminaria com a eleição de 15 membros da Câmara dos Deputados em 18 de janeiro. O Secretário-Geral enviou uma carta ao Primeiro-Ministro em 7 de janeiro, confirmando que uma missão de observação eleitoral seria enviada a Grenada para fazer a cobertura do processo eleitoral, e designou o Dr. Joseph E. Edmunds como Chefe da Missão. Ao Embaixador Christopher R. Thomas, Secretário-Geral Adjunto, coube a liderança da Missão no dia da eleição.

Oito observadores de cinco países integraram a Missão. Durante a sua estadia, eles realizaram extensas entrevistas com líderes de partidos políticos, funcionários da justiça eleitoral, ativistas da sociedade civil e outros cidadãos envolvidos no processo eleitoral. Eles também estiveram presentes a numerosas atividades da campanha eleitoral, organizadas por diferentes movimentos políticos, e a sessões de treinamento para o pessoal envolvido nas eleições. Com base em suas observações, a Missão pode atestar que as atividades de campanha eleitoral que os observadores da OEA presenciaram foram pacíficas, que os funcionários das eleições e os agentes de partidos receberam bom treinamento e que o Escritório de Eleições Parlamentares se encontrava bem preparado para o dia da eleição.

No dia da eleição, os observadores visitaram aproximadamente 80% das seções de votação do país, entrevistando funcionários eleitorais e agentes de partidos sobre os preparativos para a eleição e o ambiente em geral em que ocorreu a votação. Nessas seções, os observadores notaram que, com muito poucas exceções, os eleitores que chegavam para votar encontravam os seus nomes no registro de eleitores e depunham os seus votos sem incidentes. Os mesários contaram os votos e tabularam os resultados com eficiência e precisão. A polícia proporcionou a segurança necessária sem interferir no trabalho dos funcionários eleitorais.

Após a análise das informações coletadas pelos observadores antes, durante e após o dia da eleição, a Missão concluiu que os resultados das eleições refletiam com precisão a vontade da população grenadina. O relatório a seguir descreve brevemente o contexto em que ocorreram as eleições gerais e detalha as atividades e observações da Missão. Como é praxe nos relatórios de missões de observação eleitoral, a Missão também sugere algumas recomendações para a melhoria do processo eleitoral em Grenada.

AGRADECIMENTOS

A Missão de Observação Eleitoral da OEA tem em alto apreço a cooperação dada pelo Governo de Grenada e pelo Supervisor de Eleições, pelos partidos políticos, pelos representantes da sociedade civil e pelo povo de Grenada no sentido de facilitar a sua tarefa.

A Missão deseja agradecer os Governos dos Estados Unidos e do Reino Unido por sua ajuda financeira e ao primeiro também por disponibilizar o pessoal necessário para a Missão.

A Missão expressa o seu apreço ao Diretor do Escritório da OEA em Grenada, Sr. Francis McBarnete, pela sua valiosa assistência ao tomar todas as providências necessárias para as reuniões com os líderes políticos e os parceiros sociais e pela coordenação das atividades de uma missão em tão curto espaço de tempo.

INTRODUÇÃO

Em 6 de janeiro de 1999, o Primeiro-Ministro de Grenada, Sua Excelência o Dr. Keith Mitchell, convidou o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos a observar as eleições gerais marcadas para 18 de janeiro. O Secretário-Geral respondeu em 7 de janeiro, informando ao Governo de Grenada que uma Missão de Observação Eleitoral da OEA integrada por seis observadores seria enviada a Grenada o quanto antes possível para observar as diferentes fases do processo eleitoral. (Apêndice I, Carta Convite e Apêndice II, Carta de Resposta.)

Logo em seguida, o Secretário-Geral designou o Embaixador Joseph Edmunds para chefiar a Missão e o Secretário-Geral Adjunto, Embaixador Christopher R. Thomas, para liderar a Missão no dia da eleição. O Embaixador Edmunds e um especialista da Unidade para a Promoção da Democracia chegaram a Grenada em 12 de janeiro e deram início aos preparativos para as operações da Missão. Em 15 de janeiro, os demais observadores chegaram ao país. No dia da eleição, a Missão totalizava oito membros, com a inclusão de dois funcionários da Embaixada dos Estados Unidos em Bridgetown, Barbados.

Em suas respectivas chegadas, o Chefe da Missão e o Secretário-Geral Adjunto se reuniram com o Primeiro-Ministro, o Comissário de Polícia, os candidatos dos principais partidos políticos, mesários, membros da imprensa e representantes da sociedade civil. (Apêndice III, Programação das Atividades.) Na primeira reunião, o Supervisor de Eleições assegurou à Missão o acesso pleno e sem restrições ao Escritório de Eleições Parlamentares, aos escritórios distritais e às sessões eleitorais. (Apêndice IV, Acordo com o Escritório de Eleições Parlamentares e Apêndice V, Credenciais dos Observadores da OEA.)

A liderança da Missão tomou nota em particular das preocupações dos partidos políticos de oposição e as transmitiu ao Supervisor de Eleições. Antes do dia da eleição, os observadores estiveram presentes a vários comícios organizados por diferentes candidatos, observando o ambiente político global.

Antes das 6h00 do dia da eleição, os observadores da OEA chegaram a sessões eleitorais escolhidas para assistir à abertura do processo de votação. No decorrer do dia,

os observadores se fizeram presentes em cada um dos 15 distritos eleitorais, registrando as suas observações com relação aos preparativos e à condução da votação. Os observadores também permaneceram em sessões eleitorais escolhidas para monitorar o encerramento das urnas e as subseqüentes tabulações. Depois disso, os observadores acompanharam os presidentes de sessão na entrega das urnas e dos resultados preliminares aos distritos eleitorais. Por último, os observadores estiveram nos distritos eleitorais, onde os oficiais distritais transmitiam os resultados, e no Parlamento, onde os resultados eram recebidos e anunciados ao público.

Os membros da equipe de observadores se reuniram após a transmissão dos resultados preliminares no escritório da Secretaria-Geral da OEA em St. George para comparar as observações. No dia seguinte, o Chefe da Missão e o Secretário-Geral Adjunto emitiram uma declaração detalhando as observações da Missão.

RETROSPECTO HISTÓRICO

Grenada compreende três ilhas: Grenada, Carriacou e Petite Martinique. A população total das três ilhas é de aproximadamente 96 mil habitantes, dos quais 8 mil residem em Carriacou e 600 em Petite Martinique. A economia das ilhas depende primariamente da indústria de transformação leve, do turismo e da agricultura, sobretudo da exportação de especiarias. Grenada produz quase um terço do suprimento mundial de noz-moscada.

Em 1650, os franceses iniciaram a colonização de Grenada, que até então fora habitada pelos indígenas Carib. Ao longo do século XVIII, França e Inglaterra ocuparam a ilha em diferentes períodos, até que em 1783 o Tratado de Versalhes deu a posse definitiva de Grenada à Inglaterra. Não obstante, a influência francesa permanece: o catolicismo é a religião predominante, o patoá afro-francês ainda é falado por alguns grenadinos e muitos de seus nomes geográficos são de origem francesa.

A outorga do sufrágio adulto em 1951 marcou o início do autogoverno em Grenada. Foi ainda neste ano que Eric Gairy, líder de um sindicato trabalhista, venceu a sua primeira eleição com o apoio esmagador das classes trabalhadoras. Gairy perdeu as eleições em 1962, mas ele e os seu Partido Trabalhista Unido de Grenada (GULP) retornaram ao poder nas eleições de 1967 e se mantiveram no governo pelo período de 12 anos. Em 1967, Grenada tornou-se um Estado associado da Comunidade Britânica, vindo a alcançar a sua plena independência em 1974.

Em 13 de março de 1979, reagindo a uma situação de deterioração na governança e na ausência de Gairy do país, um pequeno grupo do Movimento Nova Jóia (NJM), liderado por Maurice Bishop, tomou o poder e criou o Governo Revolucionário do Povo (PRG). Bishop tornou-se Primeiro-Ministro e começou a cultivar laços de amizade com a União Soviética e Cuba. Em 1983, uma facção do PRG colocou Bishop em prisão domiciliar. Uma grande multidão o libertou, e ele e seus seguidores se refugiaram em um forte colonial que ficava nas proximidades. Depois de uma sangrenta batalha que deixou mais de 60 mortos, o exército assumiu o controle do forte e executou Bishop e sete de seus assessores, inclusive alguns membros de seu gabinete. O Conselho Militar Revolucionário assumiu o poder. Cinco dias depois, a pedido da Organização dos Estados do Caribe Oriental, os Estados Unidos desembarcaram forças militares na ilha para ajudar na restauração da ordem.

Em dezembro de 1984, realizaram-se eleições e o recém-formado Novo Partido Nacional (NNP) assumiu o poder. Herbert Blaize foi nomeado Primeiro-Ministro e liderou o Governo até sua morte em dezembro de 1989. Ben Jones assumiu até as eleições de março de 1990, transferindo o poder para o Congresso Democrático Nacional (NDC). O NDC formou um governo de coalizão que teve Nicholas Braithwaite como Primeiro-Ministro. Em 1995, o NNP, liderado por Keith Mitchell, retornou ao poder conquistando oito das 15 cadeiras da Câmara dos Deputados.

Depois da defecção de dois ministros do seu governo, inclusive a do Ministro das Relações Exteriores, o que desfez a sua maioria parlamentar, o Primeiro-Ministro Mitchell dissolveu o parlamento e convocou novas eleições gerais a serem realizadas em 18 de janeiro de 1999.

PARTIDOS POLÍTICOS E SOCIEDADE CIVIL

Quatro grupos políticos e dois candidatos independentes participaram das eleições gerais de 1999. Os partidos e candidatos são os seguintes:

Novo Partido Nacional (NNP). O Novo Partido Nacional foi criado em 1984 como uma coalizão frouxa entre a principal oposição ao Governo do Partido Revolucionário Popular de Maurice Bishop. O NNP, liderado por Herbert Blaize, conquistou 15 cadeiras nas eleições gerais em 1984. Em 1988, Blaize deixou o partido e Keith Mitchell assumiu a sua liderança. O NNP ganhou apenas duas cadeiras nas eleições de 1990, mas retomou o poder em 1995 conquistando oito cadeiras. O NNP foi o único partido a lançar candidatos nos 15 distritos eleitorais nas eleições gerais de 1999.

Partido Trabalhista Unido de Grenada e Partido Trabalhista Unido (GULP/United Labour). Chamado antes de Partido Popular de Grenada, o GULP foi criado em 1951 a partir de uma facção do Sindicato de Trabalhadores Manuais e Mentais. Com o apoio esmagador da classe trabalhadora, Eric Gairy e o GULP venceram as eleições de 1951, as primeiras a serem realizadas em Grenada depois da outorga do voto adulto. De 1950 a 1972, o GULP venceu cinco das sete eleições gerais realizadas. O GULP conquistou uma cadeira em 1984, quatro cadeiras em 1990 e duas cadeiras em 1995. Para as eleições de 1999, o GULP formou uma aliança com o Partido Trabalhista Unido liderado por Raphael Fletcher, o Ministro das Relações Exteriores do Governo Mitchell que renunciou no final de 1998. A coalizão GULP/United Labour lançou candidatos em nove dos distritos eleitorais.

Movimento Patriótico de Maurice Bishop (MBPM). O MBPM foi criado depois da Revolução e em 1984 representava a esquerda do espectro político. O MBPM participou das eleições de 1984, 1990 e 1995, mas sem conquistar cadeiras. O MBPM é liderado pelo Dr. Terrence Marryshow e lançou sete candidatos nas eleições de 1999.

Boa e velha Democracia (GOD). O jornalista Justin McBurnie criou o GOD, que participou pela primeira vez das eleições de 1995. Nas eleições gerais de 1999, ele lançou três candidatos.

Dois candidatos independentes concorreram às eleições de 1999, Dorset Charles no distrito eleitoral Sul de St. George e Claude DeCoteau na cidade de St. George.

Os Parceiros Sociais, uma aliança de nove organizações da sociedade civil, que inclui sindicatos, associações profissionais e grupos eclesiásticos, esboçaram um código de conduta para os partidos políticos. O código de conduta incluía o acordo de que os candidatos se concentrariam nas questões relacionadas com os interesses e evitariam o uso de ataques pessoais durante a campanha eleitoral. O código também estipulava, entre outras coisas, o respeito aos horários dos cultos religiosos durante as atividades da campanha, o compromisso de evitar a deformação de edifícios públicos e privados e a promessa de encerrar as atividades de campanha antes das 22h00. Assinaram o código de conduta o NDC, a coalizão GULP/United Labour, o MBPM, o GOD e os dois candidatos independentes. (Apêndice VI, Declaração de Conduta Política.)

ESTRUTURA ELEITORAL

A Constituição de Grenada segue o sistema Westminster de governo, e as eleições têm que ser realizadas no prazo de três meses a contar da data de dissolução da Câmara dos Deputados. Os membros da Câmara ganham um mandato de cinco anos e são eleitos para cada um dos distritos eleitorais por maioria simples (“primeiro a passar a linha de chegada”). O Regulamento da Comissão de Limites dos Distritos Eleitorais determina o número e os limites dos distritos eleitorais de acordo com o artigo 56 da Constituição.

Em conformidade com a Lei de Representação Popular de 1993, o Governador Geral designa o Supervisor Eleitoral, que administra e supervisiona a realização das eleições por meio do Escritório de Eleições Parlamentares. Por recomendação do Supervisor Eleitoral, o Governador Geral também nomeia os oficiais distritais em cada distrito eleitoral. Além de organizar e administrar as eleições nos distritos eleitorais, os oficiais distritais também são responsáveis pelo recebimento dos pedidos de registro e pela introdução de outras mudanças no período de reclamações e objeções. Os oficiais distritais designam os presidentes de mesa e os mesários, que administram as sessões eleitorais no dia da eleição. Os partidos políticos também podem designar um agente para estar presente nas sessões eleitorais no dia da eleição.

Atualmente, são 15 os Distritos Eleitorais no país. (Apêndice VII, Mapa dos Distritos Eleitorais com o Número de Eleitores Registrados em Cada Distrito Eleitoral.) Dentro de cada distrito eleitoral existem divisões de votação. Cada divisão de votação tem um centro que engloba uma ou duas sessões eleitorais. Escolas, centros comunitários, igrejas e empresas privadas servem de centros de votação. Nas eleições gerais de 1999, funcionaram 136 centros de votação com 206 sessões eleitorais.

O PROCESSO DE VOTAÇÃO

Como se mencionou antes, o presidente da mesa administra a sessão eleitoral. O mesário, designado pelo oficial distrital, assiste ao presidente da mesa. Agentes de partidos políticos também podem estar presentes nas sessões eleitorais. Cada sessão eleitoral tem pelo menos um policial encarregado da segurança. As sessões eleitorais abrem às 6h00 e fecham às 17h00. Os eleitores que se encontram na fila às 17h00 têm permissão para votar.

Ao entrar na sessão eleitoral, o eleitor anuncia o seu nome, endereço e profissão para que o mesário e os agentes de partidos políticos possam localizá-lo no registro de eleitores. O eleitor apresenta a sua carteira de identidade ao presidente da mesa para que as suas informações sejam verificadas. Se o eleitor não estiver na lista, não poderá votar nessa sessão.

Se o eleitor não tiver carteira de identidade, o presidente da mesa procurará a "ficha da sessão eleitoral" do eleitor no arquivo da sessão eleitoral. A ficha da sessão eleitoral tem a fotografia, o nome, o número de identificação e a profissão do eleitor. O presidente da mesa compara depois as informações da ficha da sessão eleitoral com o registro de eleitor. Se as informações corresponderem, o eleitor poderá votar, a menos que um agente de partido político na sessão eleitoral exija que ele faça um juramento sobre a exatidão das informações.

Após a verificação das informações do eleitor, o mesário escreve o nome, o endereço e a profissão no livro eleitoral. As entradas no livro eleitoral são numeradas em ordem seqüencial. As cédulas na sessão eleitoral são retiradas uma a uma dos talões em que estão coladas e dadas a cada eleitor que chega à sessão eleitoral. Antes de retirar a cédula, o presidente da mesa escreve o número e as iniciais do eleitor no canhoto da cédula. (Apêndice VIII, Amostra de Cédula.) O oficial também explica o procedimento correto da cédula ao eleitor. O eleitor se dirige a uma cabine privada com um lápis para preencher a cédula. Após retornar à sessão eleitoral, o presidente da mesa remove o canhoto. O eleitor molha o dedo com tinta indelével e deposita o voto na urna. O presidente da mesa faz uma marca no verso da ficha da sessão eleitoral para indicar que a pessoa votou e o mesário escreve a palavra "votou" no livro eleitoral ao lado do nome do eleitor. Caso erre ao preencher a cédula, o eleitor pode pedir outra ao presidente da mesa. Como se verá abaixo, a cédula inutilizada é colocada em um envelope.

ENCERRAMENTO, CONTAGEM E TRANSMISSÃO

Às 17h00, ou depois que a última pessoa que se encontrava na fila às 17h00 tiver votado, o presidente da mesa, na presença do mesário e dos agentes de partido, declara a sessão eleitoral encerrada e conta os nomes registrados no livro eleitoral. O presidente da mesa faz uma anotação imediatamente abaixo do nome do último eleitor, escrevendo "O número de eleitores que votaram nesta sessão eleitoral foi de (e declara o número)", e assina.

O presidente da mesa conta depois as cédulas inutilizadas e as coloca em um envelope, lacra o envelope e escreve o número de cédulas que contém. Conta depois as cédulas que não foram usadas e as coloca em um envelope, indicando o número contido no envelope.

O presidente da mesa, na presença do mesário e de agentes de partidos, esvazia o conteúdo da urna e começa a contar os votos. O presidente da mesa deve permitir que os agentes de partidos examinem as cédulas para assegurar a intenção do voto. O mesário anota a contagem em uma planilha de cálculo fornecida à sessão eleitoral. O número das cédulas usadas, inutilizadas e não usadas deve ser igual ao total de cédulas fornecidas à sessão eleitoral. Os resultados são registrados em um relatório final, uma cópia do qual é lacrada em um envelope especial para ser entregue ao oficial distrital do distrito eleitoral. O presidente da mesa retém uma cópia e coloca uma terceira na urna. Os envelopes que contêm as cédulas e o demais material da sessão eleitoral são

colocados na urna, que é fechada e lacrada. O presidente da mesa, acompanhado pelo policial, entrega o relatório final e a urna ao oficial distrital.

Imediatamente após a recepção do relatório final, o oficial distrital transmite os resultados ao Supervisor Eleitoral por telefone e depois por fax. Os resultados recebidos no dia da eleição e divulgados pelo Supervisor Eleitoral são resultados preliminares. No dia seguinte ao das eleições, os oficiais distritais e os presidentes de mesa abrem as urnas e recontam os votos. Os resultados apurados dessa vez são considerados os resultados oficiais.

OBSERVAÇÕES DA MISSÃO DA OEA

Período pré-eleitoral

Ao chegar a Grenada, o Chefe da Missão de Observação Eleitoral da OEA se reuniu com os representantes e candidatos dos principais movimentos políticos, para ouvir as suas preocupações com relação ao processo eleitoral, e com as pessoas-chave envolvidas no processo eleitoral, inclusive o Supervisor Eleitoral e os oficiais distritais, para monitorar as preparações logísticas das eleições. Além disso, a Missão se reuniu com jornalistas, analistas independentes e líderes da sociedade civil para conhecer os seus pontos de vista sobre o período eleitoral. (Apêndice IX, Declaração do Dr. Joseph Edsel Edmunds, Chefe da Missão.) Os observadores da OEA também compareceram a sessões de treinamento para presidentes de mesa e a comícios de partidos políticos da maioria dos movimentos políticos que participavam das eleições.

Uma das preocupações levadas à atenção da Missão da OEA foi o registro de eleitores. O registro continha 73.673 nomes para uma população total de pouco menos de 100 mil habitantes, o que dava a impressão de que muitos dos nomes que dele constavam podiam ser de cidadãos falecidos ou que tinham migrado. As informações básicas da lista de eleitores tinham sido coletadas em 1984, com revisões anuais a partir de então. Em 1994, como preparação para as eleições gerais do ano seguinte, o Escritório de Eleições Parlamentares realizou um alistamento eleitoral com base em uma pesquisa domiciliar. Em 1998, como acontece todos os anos, o Escritório Eleitoral recebeu novos pedidos de registro de 15 de janeiro até 31 de março de 1998, a que se seguiu um período de reclamações e objeções que se estendeu de abril a setembro. No período de reclamações e objeções, os partidos políticos receberam cópias das listas preliminares para verificar os nomes e solicitar alterações ou a eliminação de eventuais discrepâncias.

Os líderes dos partidos políticos levantaram a questão de que o momento das eleições era inesperado e que, portanto, não tinham revisado a lista com o cuidado necessário no período de reclamações e objeções de 1998. Eles observaram ainda que muitos grenadinos que tinham completado 18 anos não fizeram o registro naquele período por acharem que teriam outra oportunidade antes das próximas eleições. O Escritório de Eleições Parlamentares também informou à Missão da OEA que, conforme determinado por lei, estava para realizar um novo alistamento completo dos eleitores em 1999, mas que esses planos tinham sido cancelados devido à convocação das eleições.

Candidatos e representantes dos movimentos políticos de oposição se queixaram da desigualdade de recursos entre eles e os candidatos do partido do governo. Reclamaram de que, devido ao volume de seus recursos, um partido político podia adquirir a maior parte do espaço do horário nobre no rádio e na televisão. Acrescentaram ainda que algumas estações tinham aumentado os seus preços de publicidade com a previsão das eleições, o que tornava proibitivamente cara a colocação de anúncios da campanha eleitoral no ar. Tanto os candidatos da oposição quanto os líderes da sociedade civil expressaram preocupação com a inexistência de legislação que regulamente o levantamento de recursos para campanha e os gastos eleitorais.

O período pré-eleitoral foi curto devido ao fato de que as eleições só estavam previstas para um ano depois. Como se observou anteriormente, as eleições foram convocadas em 2 de dezembro, o que deixou apenas 47 dias para a realização da campanha em um período que incluía as celebrações do Natal e do Ano Novo. Apesar disso, os comícios de partidos políticos monitorados pelos observadores da OEA tiveram bom público, que ia de uma centena a vários milhares de partidários, sobretudo por ocasião do encerramento formal da campanha no domingo que antecedeu o dia da eleição. Os observadores da OEA também notaram que os comícios eram pacíficos e apresentavam uma atmosfera festiva. A polícia comparecia a esses comícios e se comportava de maneira muito profissional. A Missão da OEA não presenciou prisões ou violência nos comícios.

Alguns representantes de partidos políticos alegaram que os eleitores muitas vezes recebiam dinheiro em troca do seu voto. Embora não descarte a possibilidade desses pagamentos, a Missão não testemunhou qualquer dessas ações nos comícios que observou nem recebeu qualquer prova que substanciasse essa reclamação.

Os observadores eleitorais da OEA estiveram presentes a uma sessão de treinamento para presidentes de mesa e mesários em Carriacou. Os funcionários eleitorais do Escritório de Eleições Parlamentares também transportaram as urnas e os materiais para os oficiais distritais. Durante a sessão observada, um representante de alto nível do Escritório de Eleições Parlamentares fez uma explanação detalhada dos deveres do presidente de mesa e do mesário e do procedimento de votação, encerramento e contagem a ser seguido nas sessões eleitorais no dia da eleição. Os presidentes de mesa assistiram a três sessões de treinamento com o Supervisor Eleitoral ou seu representante, além de uma quarta com o oficial distrital de seus respectivos distritos eleitorais.

Embora o treinamento dos funcionários tenha sido completo e as preparações metódicas, os observadores notaram que em alguns dos distritos eleitorais as urnas e o material chegaram com atraso. No distrito eleitoral de St. David, por exemplo, as urnas, devidamente acompanhadas por policiais, chegaram à meia-noite da noite que antecedeu às eleições. Os presidentes de mesa guardaram as urnas em suas casas, mas os agentes de partido tinham permissão para inspecionar o seu conteúdo antes do início da votação.

Na sexta-feira, 15 de janeiro, o Chefe da Missão e o Secretário-Geral Adjunto estiveram em uma conferência de imprensa para transmitir ao público as suas observações no período pré-eleitoral. (Apêndice X, Declaração do Embaixador Christopher R. Thomas, Secretário-Geral Adjunto da Organização dos Estados Americanos.)

Dia da eleição

Os oito membros da Missão de Observação Eleitoral se reuniram no sábado, 16 de janeiro, para discutir a metodologia de observação dos procedimentos no dia da eleição. Durante a sessão, eles examinaram o procedimento de abertura e encerramento da sessão eleitoral, da votação e da contagem, e da transmissão dos resultados. Os observadores também examinaram os formulários que seriam utilizados para registrar as suas observações desses procedimentos. Esses formulários seguiam muito de perto o padrão daqueles usados em outras missões de observação da OEA, com as modificações necessárias para atender ao procedimento eleitoral grenadino. (Apêndice XI, Formulários de Observação Eleitoral.)

Para maximizar a cobertura em todo o país, cada observador foi designado para dois ou três distritos eleitorais, com uma média de 25 sessões eleitorais por observador. (Ver Apêndice XII, Distribuição dos Observadores da OEA.) Os observadores chegaram às sessões eleitorais escolhidas por volta das 5h45m para observar a sua abertura. Depois de registrar as observações sobre os procedimentos de abertura, os observadores visitaram outras sessões eleitorais, analisando o processo pelo qual os eleitores votavam e os mesários levavam a cabo as suas tarefas.

Usando os formulários da OEA como guia, os observadores entrevistaram os presidentes de mesa, os mesários e os agentes de partidos em cada sessão eleitoral. (Nos centros de votação em que havia duas ou mais sessões eleitorais, os observadores realizaram entrevistas em todas as sessões.) As perguntas se referiam à entrega do material eleitoral, à chegada dos funcionários eleitorais, à hora de abertura da sessão eleitoral e à exatidão da lista de eleitores (isto é, se algum eleitor não pôde votar e por quê). Os observadores da OEA realizaram entrevistas em 106 das 136 sessões eleitorais do país, que representam 79,5% das sessões eleitorais e 81,5% da população votante. Os observadores gastaram até 30 minutos em algumas das sessões eleitorais. Os resultados das informações obtidas a partir dos formulários de observação estão resumidos a seguir:

**Observações no Dia da Eleição
Eleições Gerais em Grenada**

18 de janeiro de 1999

ABERTURA						VOTAÇÃO						
<i>Distrito Eleitoral</i>	<i>Número total de centros de votação</i>	<i>Número de centros de votação visitados</i>	<i>Centros abertos com atraso</i>	<i>Centros com agentes de partidos</i>	<i>Partidos representados</i>	<i>Centros com instruções imparciais</i>	<i>Procedimentos de encerramento e contagem seguidos corretamente</i>	<i>Uso de tinta indelével</i>	<i>Número de eleitores não habilitados a votar em centros de votação</i>	<i>Manutenção do segredo do voto</i>	<i>Funcionários pareceram adequadamente treinados</i>	<i>Centros com todo o material</i>
ST DAVIDS	11	10	02	10	NNP 1 NDC 0 MBPM 1 GULP 0 INDP. 0 0 0	10	10	10	04	10	10	10
CIDADE DE ST GEORGE	10	07	01	07	NNP 7 NDC 7	07	07	07	00	07	07	07
SUL DE ST GEORGE	08	08	02	08	NNP 8 MBPM 1 GULP/UL 8 INDP. 5	08	08	08	03	08	07	08

ABERTURA						VOTAÇÃO							
<i>Distrito Eleitoral</i>	<i>Número total de centros de votação</i>	<i>Número de centros de votação visitados</i>	<i>Centros abertos com atraso</i>	<i>Centros com agentes de partidos</i>	<i>Partidos representados</i>	<i>Centros com instruções imparciais</i>	<i>Procedimentos de encerramento e contagem seguidos corretamente</i>	<i>Uso de tinta indelével</i>	<i>Número de eleitores não habilitados a votar em centro de votação</i>	<i>Manutenção do segredo do voto</i>	<i>Funcionários pareceram adequadamente treinados</i>	<i>Centros com todo o material</i>	
SUDESTE DE ST GEORGE	10	10	02	10	NNP MBPM GULP/UL GOD	1 0 0 1 0 0	10	10	10	04	10	10	10
NORDESTE DE ST GEORGE	09	05	01	05	NNP NDC MBPM	5 4 0	05	05	05	04	05	05	05
NOROESTE DE ST GEORGE	07	05	00	05	NNP NDC GULP/UL	0 5 0 5 0 5	05	05	05	02	05	05	05
CARRIACOU & PETIT MARTINIQUE	11	11	00	11	NNP NDC MBPM	1 1 1 1 1	11	11	11	08	11	11	11

ABERTURA						VOTAÇÃO						
Distrito Eleitoral	Número total de centros de votação	Número de centros de votação visitados	Centros abertos com atraso	Centros com agentes de partidos	Partidos representados	Centros com instruções imparciais	Procedimentos de encerramento e contagem seguidos corretamente	Uso de tinta indelével	Número de eleitores não habilitados a votar em centro de votação	Manutenção do segredo do voto	Funcionários pareceram adequadamente treinados	Centros com todo o material
ST JOHN	09	07	02	07	NNP 7 GULP/UL 7 MBPM 2	07	07	07	02	07	07	07
ST MARKS	06	04	00	04	NNP 4 NDC 4	04	04	04	05	04	04	04
LESTE DE ST PATRICK	06	05	00	05	NNP NDC 5 GULP/UL 5 5	05	05	05	01	05	05	05
OESTE DE ST PATRICK	09	06	00	06	NNP 6 NDC 6	06	06	06	02	06	06	06
NORDESTE DE ST ANDREW	07	05	00	05	NNP NDC 5 GULP/UL 5 MBPM 5 0	05	05	05	02	05	05	05
NOROESTE DE ST ANDREW	07	06	00	06	NNP 6 NDC 6 GULP/UL 6	06	06	06	01	06	06	06

ABERTURA						VOTAÇÃO						
<i>Distrito Eleitoral</i>	<i>Número total de centros de votação</i>	<i>Número de centros de votação visitados</i>	<i>Centros abertos com atraso</i>	<i>Centros com agentes de partidos</i>	<i>Partidos representados</i>	<i>Centros com instruções imparciais</i>	<i>Procedimentos de encerramento e contagem seguidos corretamente</i>	<i>Uso de tinta indelével</i>	<i>Número de eleitores não habilitados a votar em centro de votação</i>	<i>Manutenção do segredo do voto</i>	<i>Funcionários pareceram adequadamente treinados</i>	<i>Centros com todo o material</i>
SUL DE ST ANDREW	14	09	01	09	NNP 9 NDC 9 GULP/UL 9	09	09	09	08	09	09	09
SUDESTE DE ST ANDREW	10	09	04	09	NNP 9 NDC 9 GULP/UL 8	09	09	09	09	09	09	09

Na maioria dos casos observados, as sessões eleitorais abriram na hora marcada. Os atrasos registrados foram de cerca de meia hora em relação ao horário estabelecido de 6h00. As razões apresentadas para o atraso incluíram o tempo ruim e o atraso na chegada de algum dos funcionários eleitorais. Todas as sessões observadas receberam o material eleitoral, que incluía o livro eleitoral, a tinta indelével, o registro de eleitores, envelopes e lacres. Pelo menos dois agentes de partidos políticos estavam presentes em todas as sessões eleitorais observadas.

Em certos casos, os observadores da OEA notaram que alguns centros de votação não dispunham de espaço adequado para acomodar as sessões eleitorais. Em algumas dessas sessões, os presidentes de mesas e agentes de partidos tinham que ficar de pé durante o processo de votação e a privacidade do voto nem sempre era assegurada. Em outros casos ainda, os observadores notaram que não tinham sido tomadas providências especiais para os eleitores idosos e portadores de deficiência.

Deve-se enfatizar que os presidentes de mesa e os mesários se mostraram extremamente bem treinados e conscientes. Seguiram meticulosamente todos os procedimentos para garantir que todos os cidadãos qualificados pudessem votar e tentaram assegurar o segredo do voto apesar da precariedade das condições. Sempre que surgia alguma dúvida ou um problema de logística, o presidente da mesa podia recorrer ao oficial distrital por meio de um telefone instalado em cada sessão eleitoral. Nos casos em que os eleitores não constavam da lista da sessão eleitoral, o presidente da mesa normalmente chamava o oficial distrital para localizar a sessão correta. Em quase todas as sessões eleitorais observadas, os funcionários eleitorais conduziram a votação de maneira eficiente, cortês e profissional.

Da mesma forma, os agentes de partidos políticos pareceram ter sido bem treinados. Em todas as sessões eleitorais observadas, os agentes de partidos tiveram completa liberdade para exercer as suas funções. A Missão ficou particularmente impressionada com a maneira colegial como os agentes de partidos, usando suas próprias listagens, trabalhavam em conjunto com os funcionários eleitorais, muitas vezes ajudando os mesários a identificar o nome do eleitor no registro.

O trabalho da força policial também merece menção. Os policiais mantiveram com habilidade a segurança das sessões eleitorais e trataram os eleitores com respeito. De sua parte, os eleitores obedeciam às instruções dos policiais e lhes demonstravam cortesia. O que é mais importante ainda, os policiais respeitavam a autoridade do presidente da mesa e de maneira nenhuma interferiam no processo de votação.

Com poucas exceções, as sessões eleitorais fecharam pontualmente às 17h00. As que permaneceram abertas após o horário marcado para o encerramento o fizeram porque naquele momento ainda havia eleitores na fila. Como na abertura, os presidentes da mesa seguiram rigorosamente os procedimentos para o encerramento e contaram rapidamente as cédulas. Os resultados foram adequadamente registrados e as cédulas lacradas nas urnas. Os observadores da OEA acompanharam os presidentes de mesa ao escritório do oficial distrital, onde a maioria das sessões eleitorais relatou os resultados em torno das 18h30m. As últimas urnas chegaram por volta das 21h00. Os oficiais distritais transmitiram os resultados a St. George por telefone e depois por fax.

No dia seguinte às eleições, o Secretário-Geral Adjunto e o Chefe da Missão emitiram uma declaração com o resumo das observações da Missão. (Apêndice XIII, Declaração do Embaixador Christopher R. Thomas e do Embaixador Joseph E. Edmunds.)

Período pós-eleitoral

Os observadores visitaram os escritórios dos oficiais distritais na terça-feira, 19 de janeiro, para observar a contagem oficial dos votos. Em todos os escritórios, a contagem, programada para iniciar às 9h00, começou com uma ou duas horas de atraso. Esse atraso provavelmente se deveu ao cansaço pelas 18 horas de trabalho ininterrupto do dia anterior. Agentes de partido estiveram presentes em todos os escritórios distritais observados, e a contagem oficial foi concluída por volta das 14h00. Em quase todas as contagens observadas, os resultados oficiais coincidiram com os resultados preliminares relatados pelos presidentes de mesa no dia da eleição.

Os candidatos dos partidos políticos pareceram aceitar os resultados das eleições. Nenhuma queixa relativa à exatidão dos resultados, oficiais ou não-oficiais, foi levada ao conhecimento da Missão de Observação Eleitoral da OEA. Os partidários dos candidatos vitoriosos começaram a comemorar assim que as urnas foram fechadas, e a Missão não observou nenhum caso de violência.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A Missão de Observação Eleitoral deseja felicitar o povo de Grenada pelo cumprimento pacífico de seus deveres cívicos. Muitos cidadãos participaram com entusiasmo dos eventos da campanha eleitoral. Eles acorreram às urnas e esperaram pacientemente para depositar os seus votos. De acordo com os resultados oficiais, 56,5% dos eleitores registrados votaram, mas é possível que a taxa de participação real tenha sido ainda maior devido ao número elevado de nomes constantes do registro de eleitores. (Apêndice XIV, Resultados Finais.) A posição da Missão é que os resultados refletem com precisão a vontade do povo de Grenada.

Da mesma forma, a Missão elogia a seriedade e o profissionalismo do pessoal do Escritório de Eleições Parlamentares e, em particular, do Supervisor Eleitoral, Mr. Victor Ashby. Antes do dia da eleição, todos os partidos com que a Missão se reuniu expressaram a máxima confiança nele. Por suas observações no dia e depois do dia da eleição, a Missão pode atestar que essa confiança era plenamente justificada. Os oficiais distritais, presidentes de mesa e mesários foram bem treinados; o material eleitoral chegou completo às sessões eleitorais; as cédulas foram contadas com exatidão; e os resultados foram transmitidos com eficiência. Nos dias que antecederam a votação e no próprio dia da eleição, os funcionários eleitorais trabalharam incansavelmente para assegurar aos cidadãos grenadinos o seu direito de voto.

Os partidos políticos também deram uma contribuição significativa ao processo. A Missão elogia os que assinaram a Declaração de Conduta Política e acredita que esses esforços ajudaram a enfocar a atenção da campanha eleitoral nos problemas que o país enfrenta. Os eventos da campanha acompanhados pelos observadores da OEA foram

pacíficos e em geral celebraram o sistema democrático do país. No dia da eleição, os agentes de partidos políticos cooperaram estreitamente com os mesários para assegurar a transparência e aumentar a eficiência da votação.

Finalmente, a Missão reconhece o trabalho da força policial sob a liderança do Comissário Fitzroy Bedeau. Os policiais que guarneceram as sessões eleitorais instilaram confiança nos eleitores e nos funcionários eleitorais. Mantiveram a ordem e respeitaram sempre a autoridade dos funcionários eleitorais. Conforme determinado, asseguraram a guarda das urnas e a sua entrega aos oficiais distritais. Foram bem instruídos sobre a presença e a função dos observadores da OEA e preservaram em todas as ocasiões o seu acesso às sessões eleitorais.

Como é praxe nos relatórios finais das missões de observação eleitoral da OEA, a Missão deseja oferecer algumas recomendações no intuito de aprimorar o sistema eleitoral do país. Os membros da Missão esperam que estas sugestões sejam vistas com o espírito construtivo com que foram elaboradas. Além do mais, a OEA, por meio da sua Unidade para a Promoção da Democracia, oferece os seus bons ofícios, se vierem a ser solicitados, em qualquer dos tópicos mencionados abaixo ou de qualquer outra maneira que se julgar apropriada.

1. O Governo de Grenada e o Escritório de Eleições Parlamentares deveriam considerar um sistema de registro contínuo para garantir a atualização e a exatidão do registro de eleitores. O número de eleitores registrados na lista (73.673), quando comparado com a população de aproximadamente 96 mil habitantes, parece elevado. Além do mais, com a implementação de um sistema de registro contínuo, aqueles que atingem a idade do voto antes das eleições seriam mais facilmente incluídos no registro. O sistema de registro contínuo facilitaria a publicação de uma lista atualizada de eleitores independentemente da data das eleições. O registro civil, se integrado com este sistema, poderia ainda servir como uma fonte útil de informações demográficas para fins de políticas econômicas e planejamento.
2. Conquanto o tempo não tenha permitido que a Missão de Observação Eleitoral da OEA analisasse o acesso aos meios de comunicação durante as eleições, ela acredita que uma distribuição sistematizada no uso do tempo dos meios de comunicação possa contribuir positivamente para o processo eleitoral. Os partidos políticos do país deveriam estudar as opções que lhes são disponíveis para colocar em prática um sistema que assegure pelo menos o acesso mínimo ao espaço dos meios de comunicação durante o horário nobre.
3. A sociedade civil deveria desempenhar um papel proativo em apoio ao processo da campanha. Como se mencionou anteriormente, a Missão aplaude os esforços dos Parceiros Sociais na formulação de um código de conduta para as eleições. Outras atividades poderiam incluir campanhas de motivação para o eleitor "não fugir do voto" ou o debate dos candidatos.
4. Os líderes políticos e da sociedade civil deveriam resolver o problema do financiamento da campanha eleitoral. Atualmente, não existe legislação que regulamente o levantamento de recursos e os gastos durante a campanha. A legislação asseguraria maior transparência e poderia proporcionar um certo equilíbrio no acesso aos recursos e na sua distribuição entre os partidos políticos.

5. Para a consolidação da democracia e a promoção da boa governança, é preciso fortalecer os programas de educação cívica em todos os níveis do sistema escolar.
6. Existe a necessidade de padronizar o espaço físico das sessões eleitorais para agilizar o processo de votação.
7. Dever-se-ia prestar atenção especial às necessidades dos eleitores idosos e portadores de deficiência.

Em conclusão, a Missão deseja congratular-se com todos os atores do sistema eleitoral e expressa a sua satisfação com o fato de que os eleitores tiveram a oportunidade de exercer os seus deveres cívicos e de que a sua vontade se refletiu com exatidão nos resultados das eleições.

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice I	Carta Convite
Apêndice II	Carta de Resposta
Apêndice III	Programação das Atividades
Apêndice IV	Acordo com o Escritório de Eleições Parlamentares
Apêndice V	Credenciais dos Observadores da OEA
Apêndice VI	Declaração de Conduta Política
Apêndice VII	Mapa dos Distritos Eleitorais com o Número de Eleitores Registrados
Apêndice VIII	Amostra da Cédula
Apêndice IX	Declaração do Dr. Joseph Edsel Edmunds
Apêndice X	Declaração do Embaixador Christopher R. Thomas, Secretário-Geral Adjunto da Organização dos Estados Americanos
Apêndice XI	Formulários de Observação Eleitoral da OEA
Apêndice XII	Distribuição dos Observadores da OEA
Apêndice XIII	Declaração do Embaixador Christopher R. Thomas e do Embaixador Joseph E. Edmunds
Apêndice XIV	Resultados Finais

FONTES

Brizan, George. *Grenada: Island of Conflict*. London: Zed Books, Ltd. 1984.

Governo Printer. *Report of the Grenada General Elections 1995*. St. Georges, Grenada: West Indian Publishing Co. 1995.

Grenada Board of Tourism and the Grenada Hotel Association. "The Greeting Tourist Guide," Volume 11, 1999.

Payne, Anthony and Paul Suton (Editors). *Modern Caribbean Politics*. Baltimore: The Johns Hopkins Universidade Press. 1993.

SIGUE EN HARD COPY LOS ANEXOS